

LIBERTAÇÃO, SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO EM HUGO ASSMANN*

LIBERTAÇÃO, SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO EM HUGO ASSMANN

Gefferson Silva da Silveira

Doutorando em Educação pelo PPGE da UFPel. Bolsista CAPES/DS. Email: geff.filo@gmail.com

RESUMO:

Neste trabalho pretende-se desenvolver algumas considerações sobre o pensamento crítico latino-americano. Com o intuito de pensar a América Latina a partir dela mesma, uma das principais características desse pensamento é a inserção nos problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, que acometem a realidade social. A proposta de um pensamento crítico latino-americano reflete o esforço de várias instâncias preocupadas com o aspecto teórico-prático da emancipação e erradicação da pobreza. A partir dessa perspectiva, a proposta deste trabalho é situar a contribuição de Hugo Assmann ao pensamento latino-americano, relacionando os conceitos de libertação, solidariedade e educação na busca pela efetivação de uma sociedade onde caibam todos.

PALAVRAS-CHAVE:

Libertação. Solidariedade. Educação. Assmann.

ABSTRACT:

This work intends to develop some considerations about Latin American critical thought. In order to think about Latin America from within itself, one of the main characteristics of this thought is its insertion in social, political, economic, cultural problems, among others, that affect social reality. The proposal for critical thought in Latin America reflects the efforts of several instances concerned with the theoretical-practical aspect of emancipation and poverty eradication. From this perspective, the purpose of this work is to situate Hugo Assmann's contribution to Latin American thought,

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

relating the concepts of liberation, solidarity and education in the search for the realization of a society where everyone fits.

KEYWORDS:

Liberation. Solidarity. Education. Assmann.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O pensamento crítico latino-americano oferece um rol enorme de autores. Fruto das mais variadas disciplinas e/ou iniciativas que se propõem a pensar a América Latina a partir dela mesma, uma das principais características desse pensamento é a inserção nos problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, que acometem a realidade social latino-americana. Assim, volta o seu olhar ao passado histórico para entender os problemas do presente e projetar o futuro. A proposta de um pensamento crítico latino-americano reflete o esforço de várias instâncias preocupadas com o aspecto teórico-prático da emancipação e erradicação da pobreza. É nesta perspectiva que se insere o pensamento do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez.

Todavia, ao mesmo tempo que Gustavo Gutiérrez defendia os pressupostos de uma teologia da libertação, o autor brasileiro Hugo Assmann recorria às ciências sociais como instrumento de análise e arsenal crítico. Assmann desenvolve uma crítica às situações desumanizantes e de violação dos direitos humanos, acreditando que o discernimento da situação histórica em que vivemos deve nos comprometer a uma correção das nossas ações no campo político. Este trabalho se concentrará em desenvolver e apresentar a concepção de solidariedade de Assmann e como ela se relaciona com a proposta de libertação no pensamento crítico latino-americano. A concepção de solidariedade desenvolvida por Hugo Assmann pode ser entendida como possibilidade de efetivação de uma sociedade onde caibam todos. O

pensamento de Assmann, inserido no pensamento crítico latino-americano, preocupa-se, principalmente, com a sistematização da filosofia e teologia da libertação.

O trabalho se desenvolverá a partir de quatro momentos: (i) algumas breves considerações sobre a proposta de uma teologia da libertação de Gutiérrez e o pensamento crítico latino-americano; (ii) a introdução de Assmann nesse debate a partir da importância da consideração do âmbito político, a luta pela libertação política reflete a originalidade dos temas do pensamento latino-americano; (iii) a solidariedade como enfrentamento da exclusão e combate às mazelas sociais; (iv) o papel da educação para o despertar de uma sensibilidade solidária. Não obstante a primeira parte, o foco do trabalho é o pensamento de Assmann, um pensador atento e criterioso, que se serve das mais variadas fontes filosóficas, sociológicas, teológicas, entre outras, para pensar e ressignificar as problemáticas ético-políticas da América Latina.

2 LIBERTAÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO

Este ano é um marco para o pensamento latino-americano. Comemora-se 50 anos do lançamento de “Teologia da libertação” por Gustavo Gutiérrez Merino, teólogo peruano e sacerdote da ordem dos dominicanos. Gutiérrez é considerado o “pai da Teologia da Libertação”, corrente de pensamento teológico cristão, nascida na América Latina, na esteira do Concílio Vaticano II. O ponto central e fundante

dessa corrente teológica é a premissa evangélica que exige uma “opção preferencial pelos pobres”. A Teologia da Libertação, com o auxílio das ciências sociais e humanas, pretende interpretar os ensinamentos de Jesus Cristo com o intuito de buscar a libertação das injustas condições econômicas, políticas e/ou sociais.

Gutiérrez destaca na Introdução de sua obra que pretende elaborar uma “reflexão teológica nascida de uma experiência compartilhada no esforço pela abolição da atual situação de injustiça e pela construção de uma sociedade distinta, mais livre e humana” (GUTIÉRRES, 1975, p. 15). A Teologia da Libertação de Gutiérrez leva em conta as bases que foram colocadas antes e que colaboraram para a fundamentação de um pensamento latino-americano. O esboço de um pensamento latino-americano foi delineado por muitos antes dele, e, evidentemente, esses autores se fazem presente, direta ou indiretamente em sua obra. A maior preocupação de Gutiérrez com relação aos autores precursores do pensamento latino-americano “é não trair suas vivências e seus esforços em elucidar o significado de sua solidariedade com os oprimidos” (*Ibidem*).

O que pretende a proposta de uma Teologia da Libertação? Gustavo Gutiérrez é enfático: “trata-se de repensar a nossa fé, de tornar mais pleno o nosso amor, e de justificar a nossa esperança desde o interior de um compromisso mais radical, total e eficaz” (*Ibidem*). A Teologia da Libertação tem um papel primordial, apresentar-se como crítica no que diz respeito à presença

e à ação do ser humano na história. Segundo Gutiérrez (1975, p. 16), “o fato maior da dita presença em nosso tempo, sobretudo nos países subdesenvolvidos e oprimidos é a luta por construir uma sociedade justa e fraterna, onde os seres humanos possam viver com dignidade e ser agentes de seu próprio destino”.

O termo libertação expressa o horizonte antropológico da temática. Poderia se buscar o desenvolvimento das realidades subdesenvolvidas, entretanto, o teólogo peruano insiste que a transformação de uma determinada realidade acontece em decorrência das transformações que ocorrem nos próprios seres humanos, logo, seria mais correto falar de libertação do que de desenvolvimento. Para Gutiérrez (*Ibidem*), “o ser humano se transforma conquistando sua liberdade ao longo da sua existência e da história”.

Xosé Miguélez, estudioso da obra de Gustavo Gutiérrez e Hugo Assmann, afirma que “a teologia da libertação, tal como a expressam seus autores mais representativos, não se caracteriza como um novo tema teológico entre outros muitos, mas um novo método a partir do qual se repensa todo *logos* teológico” (MIGUÉLEZ, 1976, p. 12). Essa assertiva de Miguélez é colhida no interior da própria obra de Gutiérrez. Depois de reconstruir o papel da teologia na primeira parte de sua obra, Gutiérrez (1975, p. 40) expressa a ideia de que o propósito de uma Teologia da Libertação não é introduzir um novo assunto no interior das reflexões teológicas, mas apresentar uma “nova maneira” de fazer teologia. Para o teólogo peruano, “a teologia

como reflexão crítica da práxis histórica é assim uma teologia libertadora, uma teologia da transformação libertadora da história da humanidade” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 40). Claro, essa teologia está situada, se refere a todas as situações que apresentam alguma espécie de dominação, mas, principalmente, se propõe a pensar a partir da realidade cristã latino-americana.

Diante do exposto, não há dúvidas para responder à questão colocada por Salas Astrain (2005, p. 9), na Apresentação do Vol. 1 da obra “Pensamiento crítico latinoamericano”: “Existe um pensamento crítico na América Latina?”. Como visto, essa é uma preocupação que já construiu sua história em nossas terras. Há no mínimo 50 anos atrás, alguns pensadores privilegiaram suas investigações tentando (re)construir uma forma de pensamento genuína para a realidade latino-americana. Olhando para a vasta produção intelectual que veio a lume nesses anos, não há dúvidas, que podemos assentir positivamente com relação à questão inicial.

O pensamento latino-americano é fruto das mais variadas disciplinas e/ou iniciativas que se propõem a pensar a América Latina a partir dela mesma. Uma das principais características desse pensamento é a inserção nos problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, que acometem a nossa realidade social. Uma postura intelectual engajada ética e politicamente, como afirma Salas Astrain (*Ibidem*), “permite que surjam investigações e estudos que abordam pertinente e criticamente a realidade social e cultural da América Latina, incentivando aos intelectuais que assumam sua

responsabilidade frente ao mundo que os rodeia”.

O pensamento crítico latino-americano pode ser entendido a partir de três ideias: (i) como questionamento e justificação de um pensar genuíno, (ii) desenvolvimento das bases e categorias de um pensamento original, (iii) crítica das formas discursivas veladas ou encobertas, próprias das ideologias de dominação, do cinismo imperante e da negação do outro. A proposta de um pensamento crítico latino-americano, embora possa estar em consonância, vai além de uma filosofia ou teologia da libertação. Reflete o esforço de várias instâncias preocupadas com o aspecto teórico-prático da emancipação e erradicação da pobreza.

O pensamento crítico latino-americano volta o seu olhar ao nosso passado histórico para entender os nossos problemas do presente e projetar o nosso futuro. É nesse sentido que podemos entender a afirmação de Grüner,

Casualmente, lo que la *colonialidad* moderna ha producido es, precisamente, una profundización también ella inédita de las *asimetrías* en todos los niveles (socioeconómico, político-ideológico, simbólico-cultural) en escala por primera vez *mundial*. Y allí donde hay asimetrías *producidas* (no por la “naturaleza” sino) por la explotación, la dominación ilegítima y el racismo, no hay “equilibrio” posible, y no puede juzgarse con la misma vara a dominadores y dominados. Lo que *éticamente* se impone es tomar partido por las víctimas (sin necesidad de idealizarlas ni “romantizarlas”: su memoria no requiere consuelos, sino una apuesta a la búsqueda de la *verdad*, por difícil que sea) (GRÜNER, 2010, p. 22-3, grifos do autor).

A América Latina está há mais de cinco séculos sendo explorada por meio de um processo já naturalizado. Em todos os períodos houve (e ainda há) a disseminação intencional de um apagamento e/ou esquecimento de tudo o que não é europeu. Diante disso, o mais aterrador é o silêncio daqueles que poderiam levantar suas vozes de protestos: os governos, as mais variadas instituições, principalmente as universidades. Essas vozes caladas incorporam o discurso e a ideologia dominante, eurocentrada, desconsiderando ou mesmo negando a possibilidade de outras cosmovisões. As poucas vozes que se levantam e que reivindicam libertação são desmerecidas e silenciadas a exemplo do que aconteceu com a Revolução Haitiana. Inspirado em Grüner (2010) poderíamos nos perguntar: por que ainda endeusamos os ideais da Revolução Francesa se para nós latino-americanos a revolução que realmente nos representa foi aquela que se deu no Haiti? Isso se deve ao fato de que descaradamente se pretende apagar, esquecer, negar qualquer iniciativa que não leve em conta os ideais europeus das burguesias nacionais.

As raízes da situação em que a América Latina está imersa em todos os setores na atualidade está fincada na modernidade europeia. Tendo essa consciência, Grüner (2010) nos apresenta um dilema: renegar a modernidade europeia e eurocêntrica desconsiderando-a em sua totalidade? Ou se aproveitar da bagagem cultural tecida na Europa para desenvolver um pensamento próprio e construir uma crítica contundente ao eurocentrismo? Não é um dilema de fácil resolução, pois a tendência não é olhar os

algozes com alguma estima e consideração. Entretanto, nos parece que a segunda opção seria a mais recomendada. Na verdade, essa postura está na base do desenvolvimento do pensamento crítico latino-americano.

O pensamento denominado eurocêntrico operou um duplo movimento: negou a historicidade das outras culturas, postulando o seu particularismo como universalismo, pretendendo-se como o todo da civilização, da razão e da história; reconheceu a diferença do outro, entretanto, como uma completa exterioridade, que não merece nenhuma consideração ou respeito. Nesse sentido, de acordo com Grüner (2010) o pensamento crítico latino-americano tem como tarefa a busca pela *destotalização* da falsa totalidade eurocêntrica, mostrando outras formas de entender a realidade. A filosofia e a teologia da libertação não representam a totalidade do pensamento crítico latino-americano, mas representam uma parte importante do mesmo. Nesse sentido, penso que não se pode desconsiderar a influência das conclusões do Concílio Vaticano II na gênese do pensamento crítico latino-americano, principalmente na sua defesa de uma “opção preferencial pelos pobres”, assegurada e desenvolvida nos documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979).

3 COMO HUGO ASSMANN SE INSERE NESSA PROPOSTA?

Hugo Assmann, em seus anos de juventude, formado em filosofia e teologia, se aproximou inicialmente do pensamento filosófico de Heidegger e do pensamento teológico do neotomismo. Entretanto, quando enveredou para pesquisas no âmbito da sociologia, deu-se conta que suas predileções iniciais não eram satisfatórias para responder suas indagações. Tanto o pensamento filosófico quanto o teológico de que se servia eram expressões de silenciamento ou refinamento da colonização cultural que pretendia problematizar. Nesse sentido, percebe a necessidade de submeter uma crítica ao pensamento filosófico e teológico desde um ponto de vista sociológico. Ou seja, é preciso desenvolver uma sociologia das ideologias filosóficas, teológicas e exegéticas, etc., examinando criteriosamente a situação das formas cativas de pensamento.

A proposta inicial do pensamento de Assmann é desvelar o que está velado. Inserindo o seu pensamento numa proposta que reivindique a libertação latino-americana, entende que há um esforço em ocultar a verdadeira realidade. Todavia, “o velado não se refere apenas a acumulação de capital com base na mais-valia material, mas também no necessário complemento dessa acumulação, com base na mais-valia ideológica, sem a qual ficaria incompleto o fetichismo e impossível a reprodução do sistema capitalista” (ASSMANN, 1973a, p. 28). Opta por uma leitura marxista, mas não o marxismo escolástico, para inserir-se na

luta emancipatória dos povos latino-americanos.

A proposta de um pensamento crítico latino-americano envolve várias facetas da nossa realidade, entretanto, há algo que não se pode abrir mão quando se pretende desenvolver uma tal concepção: a discussão que se refere ao âmbito político. Ou seja, não tem como dissociar o pensamento latino-americano de uma discussão política. Segundo Assmann (*Ibidem*), toda tarefa de desbloqueio da dominação culturalmente internalizada tem que assumir, como ponto de partida, o caráter indissolúvel do vínculo existente entre o processo ideológico e o processo político no funcionamento da consciência social”.

Assmann é contundente quando afirma que “uma filosofia que se pretenda latino-americana só poderá surgir a partir de uma atualização prática daquilo que é originariamente nosso, a luta por libertação em termos políticos” (*Ibidem*). Desse modo, podemos afirmar que a condição de possibilidade para se fomentar uma discussão ideológica, passa pela exigência política, isto é, pelo enquadramento político do tema. Além disso, a opção ético-política precisa estar presente em cada um dos níveis que implicados no assumir a luta por libertação latino-americana: na análise da realidade, na definição de prioridades políticas e no nível estratégico-tático da ação efetiva. O pensamento crítico latino-americano pode se servir de outras vertentes de pensamentos críticos existentes mundo a fora, entretanto, não deve ser uma repetição de outros modos de pensar, mas a partir de uma atenta

consideração sociológica, deve criar as suas próprias categorias.

Assmann é um defensor da ideia de que a teologia deve estar engajada na busca pela efetivação de uma nova sociedade. Aqui reside o compromisso ético-político de seu pensamento. A teologia não deve se preocupar apenas com “as coisas do céu”, mas deve estar encarnada no cotidiano histórico dos seres humanos. De acordo com Assmann,

[s]e a situação histórica de dependência e dominação de dois terços da humanidade, com seus 30 milhões anuais de mortos de fome e desnutrição, não se converte no ponto de partida de qualquer teologia cristã hoje, mesmo nos países ricos e dominadores, a teologia não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais. Suas perguntas não serão perguntas reais. Passarão ao lado do homem real (ASSMANN, 1973b, p. 17).

A Teologia da Libertação deve fornecer os pressupostos necessário para a emergência de uma nova consciência política. A dimensão política é um dado inerente à condição humana: somos por natureza seres sociais. Construimo-nos, enquanto humanos, na relação com os outros. Conforme Assmann (*Idem*, p. 18), “toda ação humana, mesmo a mais privada, tem de fato não só uma dimensão social (porque transcende o indivíduo), mas também uma dimensão política (porque essa transcendência do indivíduo se relaciona sempre com a manutenção ou a mudança da sociedade)”. Essa ideia de Assmann está em profunda sintonia com algumas afirmações de Gutiérrez em sua obra “Teologia da libertação”. Para Gutiérrez (1975, p. 77), “nada escapa ao político”. Ou seja, todas as manifestações humanas

estão permeadas pelo político. É no âmbito político, e não fora dele, que o ser humano se constrói como um ser livre e responsável, na relação com os outros. As relações humanas estão constantemente sendo mediadas pelo político.

No decorrer de sua obra, Assmann vai aprofundando e problematizando a dimensão ético-política que perpassa as relações humanas. Assim, procura uma ancoragem axiológica que possa servir de referencial ético-político que sustente a defesa concreta da vida e a busca da solidariedade. Uma das questões que acompanha o seu trabalho de pesquisa é procurar saber como os seres humanos se comportam dentro de sociedades amplas e complexas. Na formulação de uma possível resposta, Assmann evidencia que o comportamento humano se pauta em sistemas dinâmicos e autorreguláveis, denominados de economia de mercado, no contexto capitalista, fundamentados na troca e competitividade. Para Assmann, que a economia, baseada na troca e na competitividade, é responsável pelo estágio atual do desenvolvimento humano. Ou seja, é inegável o fato de que a economia, com a sua dinâmica, interfere no modo como produzimos e reproduzimos nossas vidas.

Faz-se necessário muito cuidado quando se lida com a questão da economia de mercado, deve-se evitar o equívoco moralista. Para Assmann (1998, p. 216), quando se trata da economia de mercado não se deve “supor que exista, sei lá onde, um conjunto de cérebros perversos ocupados em maquirar intencional e planejadamente, os mínimos detalhes do que chamamos lógica da exclusão”.

Entretanto, reconhece que pode existir exclusões conscientemente elaboradas, mas que “trata-se de uma complexa etapa evolutiva da humanidade, originada em muitos antecedentes, e que, como tal, é uma somatória de condições objetivas e subjetivas que ultrapassam, em muito, a intencionalidade dos indivíduos” (*Ibidem*). A reversão ou enfrentamento da lógica da exclusão não requer apenas a boa vontade dos indivíduos, precisa, sim, da soma de esforços solidários. Ou seja, exige-se a efetivação de conversões individuais à solidariedade.

4 A SOLIDARIEDADE COMO ENFRENTAMENTO À LÓGICA DE EXCLUSÃO

Hugo Assmann, em sua obra “Crítica à lógica da exclusão”, afirma que está em vigência no mundo uma “estranheza lógica da exclusão”. A busca por crescimento econômico suplantou o debate em torno da questão do desenvolvimento social. Essa dinâmica fez com que surgisse na sociedade uma “massa sobrando”, seres humanos descartáveis, “que não se encaixam na ‘lei da rentabilidade’, nem representam ‘valor’ econômico, como eram os escravos” (ASSMANN, 1994, p. 5). Diante disso, Assmann tenta ressignificar o papel da Teologia da Libertação. Não basta mais analisar o empobrecimento das massas populacionais latino-americanas, nem mesmo “tomar partido pelas vítimas” num nível de discurso teórico, urge uma tomada de consciência da situação e uma conversão à solidariedade.

Assmann afirma que não somos naturalmente solidários. Ou melhor, “não

existe humanidade já solidária, ou rapidamente conscientizável para metas solidárias coerentes” (ASSMANN, 1994, p. 7). Além disso, “com a erosão de valores tradicionais de coesão social, totalmente insuficientes para o contexto de sociedades amplas e complexas e para os desafios atuais a escala planetária, vivemos numa espécie de vácuo de valores solidários” (ASSMANN, 2000, p. 30). A solidariedade exige que um sujeito compreenda a situação vivida pelo outro e assumam uma postura de ajuda para que o outro possa cumprir seus objetivos. Desse modo, “para tornar-nos solidários num sentido mais abrangente precisamos ascender a um estágio de consciência e opção que implica numa conversão a valores, que não são óbvios em nossa experiência cotidiana” (*Ibidem*, p. 31).

A lógica da exclusão que impera na atualidade relegou a um plano secundário o critério pelo qual o ser humano deveria pautar a sua vida: “a dignidade do direito pleno à vida de todos os seres humanos” (ASSMANN, 1994, p. 17). A defesa desse critério primordial vai na contramão dos valores defendidos e exaltados pela sociedade atual. O fato maior considerado pela Teologia da Libertação na atualidade deve ser a problematização da proliferação do número de seres humanos descartáveis e a desconsideração e a fria indiferença diante dessa conjuntura. Aos olhos dos sistemas de poder, os pobres e excluídos são perfeitamente contornáveis. E, “negar isso significa desconhecer a história. Só para os convertidos à solidariedade, os pobres e excluídos se tornam uma referência obrigatória e incontornável” (*Idem*, p. 31).

De acordo com Assmann (*Idem*, p. 34-3), reflexão sobre a solidariedade exige, ao menos, a consideração de três elementos: 1) a exclusão não é algo apenas circunstancial, mas é fruto “de uma incrível engrenagem erigida em nome da nacionalidade moderna”, que trabalha a favor dos privilegiados; 2) como vimos, o ser humano não é naturalmente propenso à solidariedade, assim, faz-se necessário deixar de lado considerações desse tipo, e, efetivar a inserção da solidariedade como um valor social disponível; 3) “não faz sentido imaginar realizações da solidariedade mediante a mera atenção a necessidades elementares, sem tomar em conta o mundo dos desejos”, nem mesmo a sua efetivação a partir de planos rígidos e controles centrais. Ou seja, não se pode desconectar solidariedade e cidadania.

Quando trabalha com a noção semântica do conceito de solidariedade, Assmann insere em sua discussão a contribuição do psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg e do pensador alemão Jürgen Habermas. A aquisição de uma consciência solidária universal aparece na psicologia do desenvolvimento moral de Kohlberg (1992) como o estágio mais avançado da maturidade ética que o ser humano pode alcançar. O trabalho de Kohlberg pode ser visto como uma comprovação de que é quase impossível o ser humano se desprender do seu egoísmo e avançar em direção à solidariedade. Entretanto, por mais que ele mostre que o nível de percepção ética exigida para que determinada pessoa possa aderir conscientemente aos valores da solidariedade universal dificilmente seja atingido, o mais importante é que, com isso,

ele assinalou que se faz urgente uma pedagogia que promova a superação das limitações éticas em que o ser humano está envolto na atualidade, condicionado por seu contexto cultural e social. Nesse sentido, não se trata apenas de uma tese pessimista, mas de uma constatação seguida de um desafio como tarefa para a educação desenvolver.

Habermas, que mantinha um diálogo recíproco com o pensamento de Kohlberg, desenvolve em seu ensaio “Justiça e Solidariedade” uma reflexão sobre a solidariedade. A preocupação de Habermas (2000) é, justamente, procurar mostrar a viabilidade social de perspectivas solidárias. Habermas entende o conceito de solidariedade como complementar ao de justiça. Ou seja, como condição de possibilidade para a resolução de problemas que a pura justiça formal não conseguiria. A ideia que subjaz à solidariedade é a de que um deve se fazer responsável pelo outro. Isso nos remete à raiz do conceito, que surge no direito romano, a partir da experiência de que um deveria se tornar fiador/avalista do outro (*obligatio in solidum*). Conforme Habermas (2000, p. 76, tradução nossa), a “solidariedade refere-se ao bem dos membros de um grupo, irmanados em uma forma de vida intersubjetivamente compartilhada, e deste modo também à manutenção da identidade dessa forma de vida”. A solidariedade deveria ser algo próximo ao espontâneo, pois, se somos todos membros de uma comunidade, o interesse por relações saudáveis e vitais deveria ser comum a todos.

Pensar a efetivação da solidariedade é pensar uma nova sociedade, onde as

vivências possam ser assumidas como normais ou saudáveis, de forma que os indivíduos possam ter uma vida mais plena e melhor, bem-sucedida e realizada. A educação tem um papel privilegiado nesse processo. Conforme Assmann (2000), é preciso que a educação faça frente à lógica social da exclusão e promova espaço para a inclusão, possibilite o despertar da sensibilidade solidária diante da insensibilidade e egoísmo social. A solidariedade aparece como um valor indispensável quando se pensa na mudança de paradigmas sociais e educacionais. Vivemos num mundo com poucas iniciativas de equidade, tolerância, amor ao próximo. Nesse contexto, faz-se necessário criar condições para incutir nos seres humanos uma sensibilidade solidária.

5 O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Para Assmann, o capitalismo é o culpado da existência de pessoas empobrecidas, de pessoas excluídas, da “massa sobrando”, da “gente descartável” em nossa sociedade. Desse modo, acredita que uma mudança só pode ser tecida a partir da indispensável contribuição da educação. Entretanto, entre o pensar na possibilidade de mudança e o buscar de fato os meios para efetivá-la, uma distância enorme aparece. Embora, possamos perceber algumas iniciativas que buscam mudanças sociais, o que prevalece é uma indiferença e insensibilidade em relação aos desafios que o social nos coloca. Para Assmann, o problema é a desesperança que impera entre os sujeitos sociais. Nesse sentido, “parece importante trabalhar, hoje, com essa distinção entre esperanças tópicamente vivenciáveis e a Esperança, projetada para proporções

especialmente muito amplas e temporalmente previstas para agendas improváveis” (ASSMANN, 2000, p. 29).

A efetivação da mudança é barrada principalmente pela inércia humana diante delas. Não basta perceber que as coisas não estão indo bem, é preciso acreditar que muitos aspectos da vida social, não só precisam, mas podem ser mudados. O problema aparente é a falta de organização e crença coletiva na mudança. A busca por uma mudança no âmbito social exige um convívio solidário. Nesse sentido, Assmann defende a ideia de que primeiro é indispensável um trabalho de conscientização do ser humano, que vislumbre a possibilidade de “um outro mundo possível”. Só a partir de uma conscientização é possível entender que a realidade deve ser entendida, como vimos, a partir da dignidade do direito pleno à vida de todos os seres humanos.

Para Assmann, a educação é o lugar privilegiado para se criar as condições que possibilitarão um outro mundo possível. A luta contra um sistema opressor e excludente iniciada nos seus escritos teológicos o conduzem à concepção de que a partir da educação, efetivamente, se pode superar a exclusão social. O viver passa pela educação, ainda mais o viver dignamente. Assmann compreende que a própria vida se constitui mediante processos de aprendizagem e onde, por ventura, esses processos de aprendizagem faltam, a vida desaparece. Para Assmann (1998), privar alguém da educação é decretar a sua morte, pois educar significa defender e promover a dignidade da vida humana. É nesse sentido que ele afirma que

[[e]ducar não é apenas ensinar, mas criar situações de aprendizagem nas quais todos os aprendentes possam despertar, mediante sua própria experiência do conhecimento, para sua dignidade de sujeitos do seu futuro. Em última instância, a dignidade de cidadão nunca pode ser outorgada de fora, mas deve ser conhecida e reconhecida pelos próprios sujeitos-cidadãos, embora se possam outorgar de fora elementos do contexto propiciador dessa experiência (ASSMANN, 1998, p. 22).

Para Assmann, o social e o educacional estão intimamente ligados. Pois, não tem como falar em possibilidade da conquista da dignidade de cidadão e não tocar no tema da exclusão social. Interessante notar, como vimos, que, para Assmann, a exclusão social não é natural, mas provocada. Como é provocada, e tudo que é provocado pode deixar de ser, logo, podemos pensar o seu oposto, ou seja, que ações práticas possam desencadear situações de inclusão e de eliminação (ou, ao menos, amenização) das desigualdades sociais. E aqui se situa o papel privilegiado da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. 2ª ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1998.

_____. Presupuestos políticos de una filosofía latinoamericana. In: ARDILES, O. et al. **Hacia una filosofía de la liberación latinoamericana**. Buenos Aires: Bonum, 1973a.

_____. **Reencantar a educação**: rumo a sociedade aprendente. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Teologia desde la práxis de la liberación**. Salamanca: Síguema, 1973b.

ASSMANN, H.; SUNG, J. M. **Competência e sensibilidade solidária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRÜNER, E. **La oscuridad y las luces**. Buenos Aires: Edhasa, 2010.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia de la liberación**. Salamanca: Sígueme, 1975.

HABERMAS, J. Justicia y solidaridad: Acerca del debate sobre el "nivel 6". In: **Aclaraciones a la ética del discurso**. Madrid: Trotta, 2000.

KHOLBERG, L. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brower, 1992.

MIGUÉLEZ, X. **La teología de la liberación y su método**. Barcelona: Herder, 1976.

SALAS ASTRAIN, R. Presentación: ¿existe un pensamiento crítico en América Latina? In: SALAS ASTRAIN, R. **Pensamiento Crítico Latinoamericano**. V. 1. Santiago del Chile: UCSH, 2005.